

Governadores *Divida Publica* insistem em rolar débito

Os governadores, através dos seus secretários da Fazenda, ofereceram ontem mais subsídios técnicos ao Congresso Nacional para que sejam atendidas suas reivindicações sobre a rolagem das dívidas estaduais. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), recebeu, de oito secretários e sete representantes de governos estaduais, uma minuta de projeto de resolução que aumenta o limite de endividamento interno, tornando viável o pagamento de apenas 10% da dívida a vencer no próximo ano. Além disso, através do deputado Hélio Rosas ((PMDB-SP), foram encaminhadas, à Comissão Mista de Orçamento, emendas que substituam as fontes da receita de Cz\$ 2 trilhões, que de acordo com a proposta do Governo seria formada pelo pagamento de 25% das dívidas externas estaduais.

Com a entrega da minuta do projeto de resolução ao presidente do Senado os governadores concluíram a estratégia de pressão junto ao Congresso para obterem a rolagem de suas dívidas externas. O objetivo, no entanto, só será alcançado se as três etapas estabelecidas obtiverem sucesso. A primeira delas é a receptividade política do projeto de lei do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que estabelece novos critérios para o pagamento das dívidas estaduais. Baseado integralmente na proposta aprovada pelos governadores, semana passada em Brasília, o projeto prevê o prazo de 12 anos para o pagamento, junto ao Banco do Brasil, sendo cinco de carência.

Aprovada, a proposta só poderá ser executada se o Senado Federal acolher o projeto de resolução encaminhado ontem. Com a nova Constituição, cabe ao Senado fixar os limites globais de endividamento dos Estados e Municípios, Distrito Federal e União. Para o sucesso desta segunda etapa da pressão dos governadores existem desde já dois pontos favoráveis: o perfil anti-governo do Senado e a disposição de Humberto Lucena em agilizar a apreciação da matéria.

A terceira etapa desta estratégia é junto à Comissão de Orçamento, que tem poderes para analisar a proposta governamental que prevê uma receita de quase Cz\$ 2 trilhões — segundo cálculos dos secretários estaduais — originários do pagamento de 25% das dívidas a vencer no próximo ano. Até o momento, a Comissão não sabe se tem poderes para alterar essa receita.

Ao todo foram apresentadas três soluções: duas excludentes e uma negociadora. A primeira mantém a receita tornando como fonte empresas estatais que no ano passado rolaram integralmente suas dívidas (Siderbrás, Itaipu, Eletrobrás e Nuclebrás). A segunda, simplesmente suprime a receita, fazendo com que a União abra mais crédito no exterior.